



Núcleo Distrital de Braga

## **Workshop**

# **A Criança Institucionalizada**

**Conclusões**

**Auditório da Casa dos Crivos, Braga**

**13 de Setembro de 2006**

**FICHA TÉCNICA**

**Autor:**

Núcleo Distrital de Braga da REAPN

**Título:**

Conclusões do Workshop “A Criança Institucionalizada”

**Data:**

Outubro de 2006

## INTRODUÇÃO

No âmbito da Mostra Social Arte&Jovem, realizou-se no dia 13 de Setembro de 2007, das 9.30h. às 12.30 horas, o workshop “A Criança Institucionalizada”, no Auditório da Casa dos Crivos, equipamento situado perto do espaço de realização da Mostra (Praça da República/ Arcada) e no qual participaram cerca de 30 colaboradores de Entidades públicas e privadas locais. Visou-se com este workshop, a promoção de novos conhecimentos e formas de intervir e o intercâmbio de experiências institucionais. Os oradores deste workshop foram: Dr. Maia Neto, Representante da Procuradoria-geral da República da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco; Dra. Maria do Carmo Antunes, Directora do Centro Distrital de Segurança Social de Braga; Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Paula Cristina Martins, Vice-Presidente do Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho; e Dr. Alves Pinto, Presidente do Lar de Santa Estefânia.

## Conclusões

**Maia Neto**

---

Representante da Procuradoria-geral da República  
da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco

### “Agilização dos projectos de vida das crianças institucionalizadas”

*Nos termos do artigo 69º da Constituição da República Portuguesa as crianças têm direito à protecção da Sociedade e do Estado. Assim, o apoio às crianças através das instituições concretiza, em regra, o objectivo desta disposição legal: a cooperação entre o Estado e Sociedade tanto na abertura como na manutenção dos *Cats*<sup>1</sup> e Lares que acolhem crianças. O Estado colabora financeiramente e a sociedade civil colabora gerindo e dedicando-se melhor a essas instituições. A sociedade, através das IPSS e das Famílias de Acolhimento, continua a ter o maior número de crianças e jovens acolhidos.*

*Em 2005 estavam acolhidas 13.833 crianças, quer em instituições como em famílias de acolhimento. Destas crianças acolhidas 52,75% eram rapazes.*

*Dos acolhidos a maioria (66,2%) não têm o 1º ciclo concluído e situam-se entre os 10 e 14 anos.*

*A maior tranche dos acolhidos têm idade entre os 12 e 17 anos (45,8%). Com mais de 18 anos estavam acolhidos 12,1% e com menos de dois anos 9%.*

*Da caracterização dos familiares donde emergem estas crianças, releva a desestruturação familiar a qual ronda os 55,8%, enquanto que as questões sócio-económicas afectam 47,4%, fiando em segundo lugar.*

*E das problemáticas das famílias donde foram retirados, 70,7% respeitavam a situações de negligência, enquanto 22,3% diziam respeito a alcoolismo e 10,2% a debilidades psíquicas.*

---

<sup>1</sup> Centro de Acolhimento Temporário

Relativamente aos tipos de acolhimento estavam 7.671 (58,2%) de jovens acolhidos em Lares; 3.396 (25,7%) acolhidos em Famílias de Acolhimento, englobando-se aqui tanto as familiares naturais como as famílias estranhas à família natural; em Centros de Acolhimento Temporário estavam 1.868 crianças acolhidas.

Pelo que respeita ao tempo de duração dos internamentos, 30% dos internados tinham mais de seis anos de permanência em Lares, o que é excessivo e revelador das dificuldades sentidas para se encontrar alternativas à institucionalização.

Relativamente aos projectos de vida definidos, a maioria continuou onde estava, ou seja, para 42,1% dos acolhidos perspectivou-se continuarem no Lar que os havia acolhido (5.557), para 13,7% perspectivou-se continuar na família de acolhimento e só 12,7% dos acolhidos perspectivou-se o regresso à família natural, e 9% de regresso à família alargada.

Para adopção só foram encaminhados 10,1% ou seja 1.332 crianças em 2005.

Tal encaminhamento para adopção saiu essencialmente dos Cats, contribuindo com 50,5% dos casos que seguiram este projecto de vida.

Em matéria disciplinar, hoje entende-se ser necessário e adequado abrir instituições para adolescentes com condutas desviantes, muito próximos da delinquência, a funcionar em moldes muito semelhantes aos centros educativos. Parece necessárias instituições de protecção mais fechadas, as quais permitam impedir a fuga continuada dos jovens e poder-se aplicar um sistema educativo mais eficaz.

Neste universo de acolhidos, conclui-se em primeiro lugar que o princípio do superior interesse da criança que é sem dúvida ter direito a viver numa família, após ser afastado do perigo, está longe de ser atingido. A institucionalização foi um bem para a criança que carecia desse acolhimento, retirando-a duma situação de perigo mais gravosa para a sua educação e formação. Porém, continuar institucionalizado, por mais de seis anos, cerca de um terço dos acolhidos, parece-nos excessivo relativamente ao direito em viver numa família, em termos clássicos e não numa instituição.

Em segundo lugar e a questão essencial a concluir é que os projectos de vida das crianças e jovens acolhidos tanto em instituições como em famílias de acolhimento devem ser mais agilizados.

Para tal entendemos que os lados do triângulo da agilização dos projectos de vida se pode desenhar com estas entidades: 1º- Equipa Técnica junto das Instituições, 2º - Segurança Social e 3º - Ministério Público titular do processo de promoção e protecção. Este trio deveria reunir periodicamente, pelos menos um vez por mês, sobre as situações mais demoradas ou em tempo, por exemplo, de seguirem para adopção. Só a força conjunta deste trio pode ganhar eficácia nos projectos de vida.

Por outro lado, todos os processos das crianças e jovens acolhidos deveriam ser apreciados prioritariamente relativamente aos processos daquelas que estão a ser apoiadas junto de seus pais.

Falta no ordenamento jurídico um instituto do tipo da tutela que permita e agilize a integração de centenas de jovens institucionalizados em famílias tutoras, famílias de afecto, sem terem de ser adoptados, mas apenas com tutela até serem autónomos. Estamos em crer que tal solução teria aceitação de centenas largas de casais de classe média, cujos filhos, muitas vezes filhos únicos, ao quais

*já saíram da casa de família, e que estariam interessados e disponíveis para ajudarem a educar outro jovem até à sua autonomia, mesmo não estando em condições de adopção.*

*Em resumo, fechando um pouco mais algumas instituições para adolescentes muito problemáticos, agilizando o triângulo dos projectos de vida referido e trabalhando num projecto de famílias tutoras e ou de afecto, certamente poderíamos desinstitucionalizar mais jovens e dar-lhes oportunidade de viverem em famílias.*

(Porto, 2006-10-08  
Maia Neto)

A nível nacional segundo dados de 2005, existem cerca de 14 mil crianças institucionalizadas - mais concretamente 13833 crianças. Do total nacional, 7761 estavam em lares, 1868 em centros de acolhimento temporário e as restantes em famílias, sendo que 47% são do sexo feminino. 45% tinham entre 12 e 17 anos, 16% entre 6 e os nove anos e 9% menos de dois anos.

A maior causa da institucionalização é a desestruturação familiar, que tem na sua origem o alcoolismo e a toxicodependência. Cerca de 30% estão acolhidos há mais seis anos. Em mais de 76% dos casos existe sinalização junto das CPCJ's ou dos tribunais

As estatísticas são altas e merecem reflexão quanto aos caminhos a trilhar rumo a outras soluções. Defendeu que a agilização das redes sociais é essencial para intervir em situações de risco e criar, posteriormente, projectos de vida dignos. Segundo Maia Neto a rede é fechada e existe falta de interacção e ausência de cruzamento de dados. O triângulo da agilização do projecto de vida implica a equipa técnica da instituição, a Segurança Social e o Ministério Público. O procurador defende a priorização dos processos das crianças institucionalizadas, admitindo que a prática errada é "o processo de protecção é tão urgente para um menor que está com os pais como para o que está na instituição". No meio de 20 a 30 mil processos é preciso dar prioridade àqueles que dizem respeito a crianças institucionalizadas.

Tendo em conta que 10% das crianças institucionalizadas em Portugal estão no distrito de Braga, Maia Neto referiu que o distrito deveria seguir o exemplo do Porto, reunindo periodicamente tribunais e vários intervenientes de equipas técnicas da Segurança Social e de instituições de acolhimento.

Apelou também aos limites para aplicar o acolhimento, até porque a institucionalização deve ser o último recurso, mas não tem sido em diversas situações. Defendendo o princípio da prevalência da família, Maia Neto diz mesmo que "é melhor passar alguma fome do que cortar o vínculo afectivo, a frio". Neste contexto, a família alargada deve ser auscultada, logo na primeira revisão da medida de protecção.

Maia Neto prefere falar de medidas pró-activas direccionadas para a desinstitucionalização, como a criação de um programa informático que permita a todos terem acesso aos mesmos processos. Deste modo evitar-se-iam duplicações de recursos e muito tempo perdido.

Devido aos entraves que envolvem a adopção, Maia Neto defende uma figura inexistente em Portugal: as famílias tutoras. Ou seja uma família cuidaria do jovem até à sua autonomização. Para este responsável, há milhares de casais de classe média e média alta que estariam dispostos a desempenhar este papel, o que se traduziria no acolhimento em meio familiar de quatro a cinco mil jovens que agora estão nas

instituições. Era algo a ser estudado, decidindo-se se se pagavam as despesas aos tutores ou qualquer outro tipo de remuneração.

**Maria do Carmo Antunes**

---

Directora do Centro Distrital de Segurança Social de Braga

### **“Que futuro para as crianças que continuam à espera nos centros e nos lares?”**

No distrito de Braga há um total de 1649 crianças institucionalizadas, ou seja corresponde a 10% do total nacional. Existem no distrito de Braga 873 crianças em instituições, estando 703 em lares e 170 em centros de atendimento temporário. Das 776 crianças que estão colocadas em famílias, 380 estão com agregados com os quais têm relações de parentesco e 396 sem qualquer laço familiar. Dos menores que estão em Lares, 154 são de outros distritos e sete são estrangeiros, o que significa que 23% dos menores que permanecem nesta casas estão longe do seu seio familiar. O distrito tem 21 instituições particulares de solidariedade social com lares e 11 com centros de acolhimento.

Em 2005, houve quatro vezes mais casos de crianças em fase de pré-adoção do que em 2004, o que significa que o processo se tornou mais célere.

Face aos números do distrito, Maria do Carmo Antunes concorda que é preciso priorizar, até porque com o aumento da idade mais difícil se torna arranjar projecto de vida para os jovens. É necessário caracterizar muito bem as situações antes de institucionalizar. O acolhimento em lares é a medida mais aplicada, reconhece, contrariando a própria lei de protecção da criança que prioriza o acolhimento familiar.

Apelou às instituições que reestruturem a sua gestão em função das crianças e se centrem nos seus projectos de vida. Devem ser encontradas soluções ao nível da acção social, do emprego e da habitação para que os jovens se autonomizem. Uma das possibilidades é as instituições terem apartamentos que criem as condições para que os jovens institucionalizados comecem a delinear um projecto de vida autónomo. No entanto alertou para que as casas não devem ser em ambientes sociais que prejudiquem os projectos de vida destes jovens. As instituições devem centrar-se nos projectos de vida das crianças. Destacou ainda a publicação por parte do ISS de um manual de boas práticas sobre esta matéria. Outra das prioridades foi o trabalho com as famílias. Segundo a Directora, a Segurança Social vai apostar no âmbito do próximo Quadro Comunitário de Apoio, no trabalho das competências parentais. Isso passará pelo reforço das equipas no terreno para trabalhar com as famílias.

---

**“Uma casa chamada lar – a experiência da institucionalização na infância”**

O domínio da protecção social à infância é atravessado por um núcleo significativo de representações sociais que se cruzam com saberes mais especializados, com leituras nem sempre fáceis de conjugar.

As ideias dominantes sobre a criança, a família, a instituição de acolhimento e os seus papéis sociais subjazem a práticas cuja eficiência e adequação às necessidades das crianças, das famílias e das instituições concretas e plurais, são questionáveis.

Nesta comunicação pretendeu-se questionar e analisar estes saberes comuns, identificando as suas contradições e desajustamentos e propondo leituras da realidade mais centradas nos requisitos dos casos concretos, em detrimento da relevância implicitamente concedida a preconceitos e estereótipos que, acriticamente, informam as práticas dos actores neste sector.

As instituições de acolhimento são entendidas como recursos válidos do sistema de protecção cuja qualificação o direito das crianças torna imperativo.

Paula Martins referiu que as crianças têm um papel na sua própria protecção. Há que olhar para a história das crianças. A família é tendencialmente boa, mas muitas vezes há riscos, muitas vezes as crianças estão a viver grandes riscos na própria família. A institucionalização não é necessariamente má, uma vez que se estabelecem laços de afectividade. A institucionalização implica relação, pertença, participação e identidade. Esta pode ser uma mais valia se for adequada. É fundamental para a criação de identidade destas crianças a imagem que têm das pessoas que gostam. Estas ajudam-nas a construir a sua própria imagem (valores, etc.). Para isso é necessário que as relações sejam duradouras, contínuas, e tenham sentido pessoal.

De facto a família deve cumprir estas funções, de contribuir para o desenvolvimento de competências – só o amor não basta e o afecto não é exclusividade da família. O tipo de relações que se estabelece nas famílias é diferente do que se estabelece nas instituições. As relações fortes normalmente não existem nas instituições por uma questão de preservação.

**“Que tipologia e organização para as instituições de acolhimento de menores?”**

*Trago-vos sete ideias muito simples, do dia-a-dia, que valem quanto valem, que pretendem animar este início de reflexão. Este encontro não fecha nada. Abre janelas por onde se pretende que entre a aragem fresca das ideias, da discussão e da formulação de itinerários de intervenção. Temos que prosseguir este debate. Não pode terminar aqui. Não pode ficar entre nós. Se assim acontecer, foi inútil.*

*Conheço a complexidade do dia-a-dia das instituições. Compartilho a angústia e o desespero com que os dirigentes e os técnicos enfrentam muitos problemas que entram pelas nossas casas dentro. Os tempos*

*que correm aconselham a que não nos iludamos, aconselham a que não esperemos por soluções e receitas milagrosas, sugerem que façamos valer as nossas competências. Nós somos capazes de autonomizar e qualificar ainda mais as nossas casas, nós somos capazes de qualificar e especializar ainda mais as nossas intervenções, nós somos capazes de, com imaginação e realismo, descobrir e criar novas e perfumadas vagas de oportunidades de sucesso para as nossas crianças e jovens. Assim o queiramos. Assim nos permitam que o queiramos.*

### **Primeira reflexão**

*As crianças merecem tudo. Porque merecem tudo, curiosamente, não lhes podemos dar tudo. É que as manhãs repetem-se e nunca são iguais. Temos que guardar um resto do tudo, para darmos às crianças quando elas necessitem. Amanhã, depois de amanhã, nas manhãs que se sucedem e que nunca são iguais.*

*O mesmo acontece com os jovens. Eles merecem tudo. E porque merecem tudo, cumpre-nos dar-lhes um bocadinho menos do que tudo.*

*Os direitos da criança, os deveres dos adultos, não se esgotam num só dia.*

*Tudo se quer no seu lugar: com conta, peso e medida. Cuidados em excesso, podem infantilizar; cuidados por defeito, podem provocar rupturas e desvios comportamentais.*

*Relação de amor. Ordem. Responsabilidade. Família. Estudo. Trabalho. Respeito. Verdade. Participação. Disciplina. Tolerância. Fraternidade. Honestidade. Temos que ir por aqui. É este o caminho. Cumpramos, meus amigos. Naturalmente. Sem constrangimentos. As crianças e os jovens tomarão o nosso exemplo. Também eles verão que é o trilho certo. Descobri-lo-ão por si. Cumprirão o desígnio e o desafio da descoberta.*

### **Segunda reflexão**

*- Ao lado dos direitos das crianças colocam-se os direitos dos pais e os direitos das famílias. Não podemos endeusar os direitos das crianças e dos jovens e secundarizar os direitos dos pais e das famílias. Temos que actuar com equilíbrio, contextualizando as situações, procurando responder, não só a um dos direitos, mas à pluralidade de direitos que se entrecruzam na maior parte dos casos que se nos deparam.*

*- Não podemos retirar uma criança dos pais biológicos só porque estes vivem numa barraca sem casa de banho e não têm rendimentos para habitação mais digna; ao direito da criança de receber os necessários cuidados de higiene e de saúde corresponde, nos pais, o direito constitucional «a uma habitação de dimensão adequada, com condições de higiene e conforto (art. 65)»*

*Ao lado do direito das crianças e das famílias existe o direito das pessoas. Que não podem ser discriminadas em função da idade, raça, sexo, religião, profissão, situação social, etc.*

### **Terceira reflexão**

*A institucionalização de crianças e jovens deve ser a ultima ratio da intervenção no âmbito dos menores. Uma derradeira bengala para evitar uma queda desastrosa. O último apeadeiro de uma viagem conjunta, que envolva menores, técnicos, famílias e comunidades, no sentido da integração, da autonomia e da responsabilização social de crianças e de jovens. Um recurso, extremo, para ser utilizado quando tudo falha.*

*A institucionalização deve ser preparada do exterior. Com profissionalismo. Com verdade. Para que a instituição não surja como um mal necessário, como um depósito de enjeitados, mas sim como uma oportunidade efectiva de afirmação plena da pessoa das crianças e dos jovens.*

*Temos que dar a volta a isto. De dentro para fora. Já passou o prazo de vigência do modelo assistencialista. Já caducaram, há décadas, muitas das rotinas que permanecem no interior das nossas organizações. Temos que profissionalizar quase tudo. Temos que eliminar o que está mal. Temos que dizer não ao que não serve e a quem não serve, independentemente da boa vontade de pessoas e da gratuidade das ajudas que nos oferecem. Hoje, há ofertas inadequadas, que minimizam os seus destinatários, que têm um preço amargo no futuro das crianças e dos jovens.*

*Temos que reflectir sobre o passado e a cultura das nossas instituições. Temos que, a partir daí, não as afastando do seu sentido finalista, com a argamassa que as solidificou, reestruturá-las, reorganizá-las, regulamentá-las, modernizá-las, arejá-las, torná-las competitivas, dinâmicas e atractivas.*

*As nossas instituições cumprirão os seus objectivos quando forem queridas pelas crianças e pelos jovens. Queridas de verdade. Não podem ser queridas apenas no poema que as crianças decoram para recitar no dia da Festa de Natal ou de Final de Ano. Tem que ser estimadas com verdadeiro sentimento. Vão mal, não vão longe as instituições que se acomodam à situação de serem apenas consentidas, toleradas ou suportadas pelos jovens.*

#### **Quarta reflexão**

*As instituições têm que adoptar a flexibilidade como princípio e, embora com uma cultura própria e um projecto educativo de médio prazo, devem ajustar os seus modelos e as suas práticas à diversidade das necessidades educativas e formativas dos seus educandos.*

*Nós sabemos que as instituições acolhem crianças e jovens com características muito diversas: nas idades, nas origens, na situação dos pais, nos problemas que carregam, na qualidade da rectaguarda familiar, etc..*

*É todo um mundo de complexidades e de desafios que inunda as instituições. Todos os dias. A exigir das pessoas coração aberto, uma grande disponibilidade para o serviço, rigor, profissionalismo, responsabilidade e adaptabilidade.*

*Cumpra às instituições receber, integrar, educar e autonomizar as crianças. Ao mesmo tempo, cabe às instituições promover a recuperação das famílias. Não tenhamos ilusões. Ninguém o faz melhor do que as instituições!... Se a família nuclear não responder, então as instituições têm que procurar referências e boas vontades na família alargada. Com afinco. Com esperança. Se tudo falhar, então sim, a adopção pode ser possível e pode ser verdade. Mas, aí, temos que pensar rente ao solo: são poucos, são muito poucos os casais que estão disponíveis e preparados para adoptar a criança que lhes cair em sorte, e são muito menos os casais que estão disponíveis para adoptar crianças já crescidas!...*

*São muitas as crianças que atingem a maioridade nas instituições e que não têm outra referência na sociedade. Por quê? Porque não há modelos de intervenção «pronto-a-vestir». Porque os pais podem falhar quando as crianças são bebés, mas também podem falhar quando as crianças são mais crescidas. Aí, não há adopção que lhe resista!... O problema dos jovens maiores é um desafio, colossal, que se coloca aos Lares e aos Internatos. Numa altura em que o desemprego grassa. Numa altura em que a sociedade é egoísta e a competição entre as pessoas é anónima e feroz.*

### **Quinta reflexão**

*As instituições devem perceber que nunca o vizinho ganhou vantagem ao vizinho por desacreditar o vizinho. Não dá. Dizer mal do parceiro para subir a escada e ficar mais alto, não dá certo. É meio caminho andado para o tombo.*

*A união e a cooperação inter-institucional são fundamentais. Temos que dar as mãos. Não há outra saída.*

*Cumpre-nos reprovar a atitude daqueles que, de repente, por moda, começaram a atirar a sua má disposição crónica para cima dos Lares e dos Internatos. Há um passado de trabalho e de serviço aos outros que não pode ser apagado com a esponja suja das fisgadas gratuitas da pedofilia ou dos maus-tratos. Venham visitar as instituições!... Venham, caros senhores!... Hoje, as instituições estão abertas ao escrutínio social, vivem para fora, prestam contas de tudo!... No que estão mal, não são mais do que o retrato da sociedade que somos todos nós!...*

*Uns dizem que as instituições são fonte de maus-tratos. Que eram espaço de protecção contra os maus-tratos, sabíamos. Que eram origem de maus-tratos, não sabíamos. Mas, se assim o querem, se querem etiquetar as instituições como fontes de maus-tratos, então coloquem no mesmo cesto a Família, a Escola, a Sociedade, a Adopção, etc. Haja moralidade ou comam todos!... Há gente que gosta de olhar sempre de esquelha!... Que chatice!...*

*Outros, da Assembleia da República, vêm lembrar-nos que são as instituições que existem para as crianças e não são as crianças que existem para as instituições. Tal qual como no Parlamento: são os deputados que existem para a Assembleia da República e não a Assembleia da República que existe para os deputados. Alguém tem dúvidas? Nós, nas instituições, não temos dessas dúvidas. Será que os deputados as têm em relação à Assembleia da República?*

*Outros ainda, declaram que as instituições em Portugal não têm vocação para família alternativa. Espantoso!... Que instituições?... As instituições do passado? As instituições que estamos a reorganizar como resposta às necessidades do nosso tempo? Estranho!... Será que as instituições no estrangeiro têm vocação para família alternativa?*

*As pessoas que andam incomodadas nesta vida, quanto mais lhes treme o chão, mais olham para o céu. Mesmo assim, olham muito pouco para o céu!...*

### **Sexta reflexão**

*Não actua bem quem não diagnostica e avalia em condições. Por isso, somos a favor da existência de uma unidade de entrada nas instituições de acolhimento. Independente e isolada das unidades estabilizadas. Onde se acolha a criança com afecto e se realizem, com tempo, todos os exames que conduzam a um diagnóstico consistente e à elaboração de um Plano de Intervenção Individual que corresponda às necessidades da criança.*

*Como deve ser constituída esta unidade de entrada? Para um lar com capacidade para 42/49 crianças (6/7 unidades), a unidade de entrada deve ter capacidade para 12/15 crianças. Que podem permanecer na unidade durante algum tempo (3/6 meses). Que são encaminhadas para as unidades estabilizadas da própria instituição, para unidades especializadas do interior ou do exterior ou, se for caso disso, para adopção.*

*Do nosso ponto de vista, o corpo de profissionais da unidade de entrada deve ser constituído por um psicólogo, uma assistente social, um pedopsiquiatra, um médico de clínica geral, uma enfermeira, um educador, um jurista. Todos se pronunciam sobre todas as crianças e, em reunião de Equipa, semanal,*

*avaliam os casos e vão formando uma vontade colectiva relativamente a cada um deles. Se possível com o contributo do jovem e da sua família. Partindo de alguns princípios:*

- Que todas as crianças nasceram para serem felizes; que nenhuma delas sai de casa ou é retirada de casa para ser infeliz; compete-nos não executar o papel de carrascos de uma qualquer infelicidade;*
- Que a intervenção deve ser mínima.*
- Que a intervenção deve estender-se à família. Em simultâneo com a intervenção dirigida à criança.*
- Que a intervenção deve ser proporcional à gravidade do problema enfrentado.*
- Que o Plano de Intervenção não é uma peça estática. Tem que ser avaliado periodicamente. Tem que ser revisto e reajustado em função dessa avaliação.*

### ***Sétima reflexão – o nosso sonho***

*O nosso projecto passa pela criação de um conjunto de estruturas complementares que, no seu conjunto, proporcionem a todas as crianças e jovens por nós acolhidas, a intervenção certa para o seu problema concreto.*

*Na nossa organização valorizamos muito o Projecto Educativo, o Plano Anual de Actividades e o Regulamento Interno. É a partir destes três instrumentos que o Conselho Técnico e a Direcção da Casa elaboram e aprovam, com a colaboração de todos os interessados, os Planos Individuais de Intervenção, que depois serão desenvolvidos e avaliados, com uma filosofia de intervenção humanista e universalista, faseada e progressiva, visando a crescente autonomia e emancipação dos educandos.*

*No ponto anterior falamos na unidade de entrada. É uma unidade de transição.*

*Como segunda estrutura do nosso projecto figuram as unidades estabilizadas. São unidades que recebem as crianças e os jovens em internamentos que se prevêem prolongados. Teremos entre 6 a 7 unidades, com capacidade para 7 crianças cada uma. As educandas serão distribuídas pelas unidades segundo critérios que favoreçam a sua adaptação, o seu envolvimento positivo com os pares e o seu crescimento com confiança, auto-estima, e controlo emocional.*

*Como terceira estrutura do projecto temos a unidade transitória de saída. É uma unidade fisicamente autónoma. Acolhe as jovens que terminaram a escolaridade e que preparam ou já iniciaram a sua integração na vida activa (profissional). Terá capacidade para 12/15 jovens.*

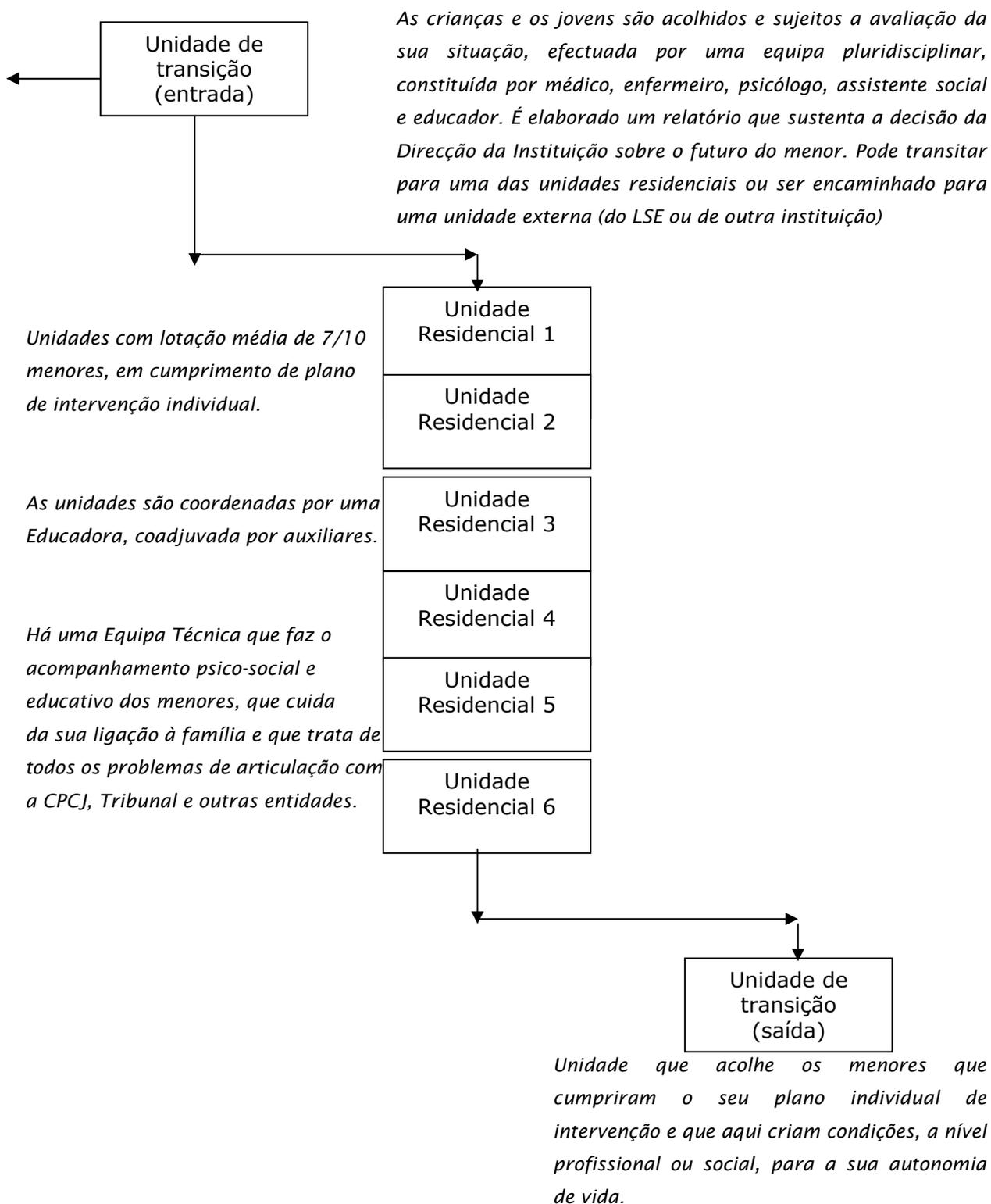
*Como unidades especializadas, para onde podem transitar crianças e jovens da unidade de entrada (regularmente) e das restantes (a título excepcional), constituiremos:*

- Uma unidade de vida, para mães adolescentes;*
- Uma unidade para jovens com problemas de saúde mental;*
- Uma - unidade para tratamento de dependentes.*

*Como unidades de apoio à unidade de transitória de saída, constituiremos unidades económicas de produção nas seguintes áreas:*

- Centro de cópias;*
- Centro de costura e bordados;*
- Café e Pastelaria.*

**Lar Feminino de Santa Estefânia - Guimarães**  
**(projecto de desenvolvimento)**



**Para terminar:**

*Na Casa de Santa Estefânia, todos queremos ser felizes. Também com os nossos convidados. Com todo o Mundo. Felizes, sempre, com e para os outros.*

**Algumas fotos**



Da esquerda para a direita,  
Dr. Maia Neto, Dr. Aguiar e  
Dra. Maria do Carmo Antunes



Da esquerda para a direita,  
Dr. Alves Pinto, Dr. Aguiar e  
Pra.<sup>a</sup> Paula Cristina Martins



Plateia